



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXI — Nº 75

TERÇA-FEIRA, 29 DE JUNHO DE 1976

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 133ª SESSÃO CONJUNTA, EM 28 DE JUNHO DE 1976

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Ofício

Do Presidente da Comissão Mista incumbida do estudo e parecer sobre o Decreto-Lei nº 1.470, de 4-6-76, de solicitação de prorrogação do prazo para emissão do parecer daquele Órgão.

1.2.2 — Discursos do Expediente

DEPUTADO NOSSER ALMEIDA — Exaltação das virtudes técnicas, humanas e políticas do Sr. Hugo de Almeida, Superintendente da SUDAM.

DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN — Homenagem ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

SENADOR BENJAMIM FARAH — Transcurso do centenário de nascimento do jornalista Irineu Marinho.

DEPUTADO JERÔNIMO SANTANA — Trabalho do Dr. José Anibal de Souza Bouret, à frente do MDB no Estado de Mato Grosso.

DEPUTADO ADHEMAR SANTILLO — Registro do Encontro Regional do MDB no médio-norte goiano, realizado na cidade de Uruaçu.

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Necessidade da canalização dos recursos advindos da Festa dos Estados, em Brasília, para outras entidades filantrópicas desta Capital.

DEPUTADO RAUL BERNARDES — Instalação, em Brasília—DF, da Associação Nacional das Entidades de Desenvolvimento Industrial — ANEDI.

DEPUTADO NELSON THIBAU — Transcurso do aniversário natalício do Presidente Magalhães Pinto.

DEPUTADO PEDRO LAURO — Reivindicações em favor da cidade de Mallet, no sul do Estado do Paraná.

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS — Observações sobre os trabalhos desenvolvidos na CPI do INPS.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Concessão ao Dr. Altair José Câmara do título de "Membro Titular da Sociedade de Medicina Nuclear Americana". Situação dos antigos funcionários do DCT face o plano de classificação de cargos.

DEPUTADO OSWALDO BUSKEI — Adoção de uma política leiteira voltada para a realidade do setor.

DEPUTADO JOSÉ BONIFÁCIO NETO — Considerações sobre o comércio ambulante da cidade do Rio de Janeiro.

DEPUTADO JOEL FERREIRA — Aspectos do problema dos chamados dentistas práticas que trabalham no interior do País.

1.2.3 — Comunicações da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

— Prejudicialidade, por decurso de prazo, nos termos dos artigos 48 da Constituição e 84 do Regimento Comum, da Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 1976.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo nº 44/76-CN, que aprova o texto do Decreto-Lei nº 1.469, de 24 de maio de 1976, que reajusta os vencimentos e salários dos servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, e dá outras providências. **Aprovado**, à promulgação.

1.4 — ENCERRAMENTO

EXPEDIENTE	
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL	
EVANDRO MENDES VIANNA Diretor-Geral do Senado Federal	DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL Seção II Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal ASSINATURAS Via Superfície: Semestre Cr\$ 100,00 Ano Cr\$ 200,00 Via Aérea: Semestre Cr\$ 200,00 Ano Cr\$ 400,00 (O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30) Tiragem: 3.500 exemplares
ARNALDO GOMES Diretor Executivo	
PAULO AURÉLIO QUINTELLA Diretor Administrativo	
ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER Diretor Industrial	

ATA DA 133ª SESSÃO CONJUNTA, EM 28 DE JUNHO DE 1976

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. WILSON GONÇALVES

Às 18 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guimard — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Alexandre Costa — José Sarney — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Jessé Freire — Domicio Gondim — Marcos Freire — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Otair Becker — Daniel Krieger.

EOS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nossier Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Murão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Climaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Moraes — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Ney Lopes — ARENA; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maziel — ARENA; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrisio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Baccalar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinias — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Daso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Hélio de Almeida — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelô Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonsêca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Bernardo — ARENA; Renato Azevedo — MDB; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcício Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Airton Sandoval — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio

Campos — MDB; Blota Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Guaçu Piteri — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otávio Ceccato — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antonio Belinati — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kffuri — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Fernando Gama — MDB; Gamaliel Galvão — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; Laerte Vieira — MDB; Luiz Henrique — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — As listas de presença acusam o comparecimento de 45 Srs. Senadores e 317 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

28 de junho de 1976.

Excelentíssimo Senhor
Senador Magalhães Pinto
DD. Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 55, de 1975 (CN), que "Estabelece condição para emissão ou prorrogação de passaporte comum, concessão de visto policial de saída, e dá outras providências", solicito dilatação do prazo, que expira a 4-8-76, por mais 8 dias, a fim de que esta Comissão possa emitir Parecer.

Outrossim, esclareço que tal pedido se justifica, pela importância da matéria objeto de estudo, e que está a exigir do Excelentíssimo Senhor Relator, Deputado Claudino Sales, um prazo maior, devido ao recesso parlamentar.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração. — Deputado **Pedro Faria**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — A Presidência defere a solicitação.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Nösser Almeida.

O SR. NÖSSER ALMEIDA (ARENA — AC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, esta ocasião é muito própria para que destaquemos as virtudes de técnico e de homem público do ilustre engenheiro Hugo de Almeida, Superintendente da SUDAM.

Há pouco, a despeito, houve manifestações isoladas e de significação irrelevante, em torno da figura respeitável do Dr. Hugo de Almeida, quando, conforme noticiou a imprensa, se chegou a sugerir a sua substituição, por motivos jamais justificados. E foi imediata a atitude de solidariedade e apoio da parte do Ministro do Interior, Sr. Rangel Reis.

É necessário que se caracterize o valor humano deste patricio, que transformou a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia num instrumento eficaz para a dinamização e racionalização das potencialidades amazônicas, buscando na área de sua jurisdição a criação dos bens do progresso, já há muito tempo reclamados pela população da Hiléia.

Credor da admiração e da confiança dos altos círculos de decisão do País e buscando uma política de plena sintonia com os setores públicos da Amazônia, o engenheiro Hugo de Almeida é um cidadão capaz e equilibrado. Exercendo com nobreza e dignidade a presidência da SUDAM, tornou-se um nome plenamente credenciado para exercer posição como a atual ou outras posições de mais relevância.

Por considerar oportuna e justa a atitude do Ministro Rangel Reis, num reconhecimento público às qualidades superiores de Hugo de Almeida, bem sei que toda opinião pública da Amazônia, e particularmente do Acre, apresentam-se também solidárias com este digno patricio.

Representando o povo acreano na Câmara Federal, dou o meu testemunho pessoal sobre a honorabilidade e o valor do engenheiro Hugo de Almeida. O seu passado, que se define como uma página de patriotismo e grandeza, é uma referência que exalta o próprio espírito da SUDAM.

A sua permanência no posto representa um ativo desdobramento de metas essenciais ao progresso da Amazônia.

Eis o que se pode dizer sobre um homem de bem.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Tem a palavra o nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, às portas das comemorações da Semana do Bombeiro, folgo registrar aplausos aos soldados do fogo, a começar por aquele pugilo de bravos que diuturnamente estão prontos para defender a construção e as instalações desta Casa.

O histórico desta briosa corporação, no Distrito Federal, é o seguinte:

"O Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, com a denominação de Corpo Provisório de Bombeiros da Corte, foi organizado pelo Decreto Imperial nº 1.775, de 2 de julho de 1856.

Inicialmente, ficou subordinado ao Ministério da Justiça, até 1864, quando passou à disposição do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Em 1892, passou, novamente, à jurisdição do Ministério da Justiça, situação em que permaneceu até 25 de junho de 1966, data do Decreto-Lei nº 9, que dispôs sobre a sua organização e o subordinou a então Prefeitura do Distrito Federal, situação em que se encontra até hoje, como integrante que é do Complexo Administrativo do Governo da Capital da República, já com a sua condição de militar concedida pelo Decreto nº 68.336, de 10 de março de 1971.

O Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, que se constitui numa Instituição de Bombeiros-Militares, Força Auxiliar, Reserva do Exército (Lei nº 6.022/74), sendo dotado de verbas próprias, consignadas no Orçamento do Governo do Distrito Federal, e possuindo, assim, autonomia administrativa, subordina-se à Secretaria de Segurança Pública, para os fins operacionais relacionados com as missões desse órgão previstas em Lei.

Poderá subordinar-se, em todo ou em parte, ao Comando Militar da Área, para efeito de atividades operacionais específicas, relacionadas com as atribuições do aludido Comando, no que tange às suas responsabilidades nos quadros da Defesa Interna e da Defesa Territorial Terrestre.

Como integrante que é do Complexo Administrativo do Distrito Federal, mantém ligações com os órgãos de planejamento, controle, coordenação, fiscalização e execução do Governo da Capital da República — centralizados ou descentralizados.

Quanto aos aspectos técnico-profissional, militar, de ensino e instrução, depende do Ministério do Exército, para fins de controle e coordenação, na forma estabelecida pelo Decreto-Lei nº 567, de 2 de junho de 1969 e seu Regulamento (Decreto nº 66.862, de 8 de julho de 1970."

É natural que, num modesto registro, com tempo limitadíssimo, não me é dada oportunidade para focalizar esta briosa Corporação em seus mais diferentes aspectos. A comunidade brasileira e os brasileiros das mais diferentes cidades, no entanto, conhecem, pela própria experiência, vivida nos mais dramáticos momentos, o trabalho corajoso, tenaz e eficiente destes indormidos salvaguardas dos nossos patrimônios e das nossas vidas.

Aos bravos soldados do fogo, dos diferentes escalões da sua hierarquia, aqui ficam as minhas calorosas saudações e meus sinceros votos de contínuo trabalho patriótico.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Senador Benjamim Farah.

O SR. BENJAMIM FARAH (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, da egrégia tribuna do Congresso, muitos fatos nacionais de relevo, de merecida afeição histórica têm sido comemorados com o realce e sentimento de justiça que merecem e reclamam. Centenários de grandes brasileiros, em

todos os campos da nossa evolução cultural, científica e política, centenários de heróis da nossa História, de estadistas, de escritores, de cientistas, de quantos em nossa terra contribuíram com a parte incontestável do seu esforço e de sua capacidade moral e intelectual.

Nessa ordem de idéias, por diversas vezes, vários pronunciamentos foram feitos, ao ensejo do centenário de nascimento de Irineu Marinho.

Na tribuna da Câmara e do Senado, vozes as mais autorizadas se fizeram ouvir por tal acontecimento. Desta feita, diante das duas Casas reunidas, falo, com o apoio do meu partido e em nome do Estado do Rio de Janeiro.

O nosso Estado, sobremodo a terra carioca, que foi o centro maior de atividade do grande jornalista que fundou **A Noite e O Globo**, pela minha voz, modesta e humilde, mas sincera, homenageia, também, a memória daquele que foi um protagonista do progresso daquele Estado e do Brasil, através do grande jornal **O Globo**, e os outros órgãos de difusão — o rádio e a televisão — que foram o desdobramento da obra de Irineu Marinho, desdobramento que se justifica pela seriedade e senso do dever com que os filhos daquele notável cidadão, Roberto, Ricardo e Rogério, deram continuidade ao empreendimento do seu ilustre pai.

Na vida de uma civilização moderna, de um povo jovem como o nosso, que emergiu do despertar renascentista, vários fatores e componentes formadores se reuniram para a construção do que deveria e viria a ser um País de significação continental, no mundo do Ocidente, então em amplo e prodigioso desdobramento, não apenas geográfico, mas preponderantemente espiritual. Neste nosso privilegiado rincão brasileiro, "componente nova entre as forças cansadas da humanidade", para usarmos a imagem de Euclides da Cunha, a justaposição e o encontro de todos os valores criativos se processou com rara felicidade e como por um milagre que diríamos vir da própria predestinação.

Entre os decisivos civilizadores, a nossa Pátria logo se revelou fecunda na resultante humana ou, se quisermos, nos produtos resultantes da variada confluência étnica, e de que logo brotaram as gerações. Foi desse fluxo contínuo de gerações felizes e fecundas que surgiram os líderes, os heróis, os estadistas, os intelectuais e artistas, que, a exemplo de um Tiradentes, de um José Bonifácio, de um Gonçalves Ledo, de um Hipólito José da Costa, de um Evaristo da Veiga, de um Bernardo de Vasconcelos, de um Justiniano da Rocha, de um Torres Homem, de um José de Alencar, de um Caxias, de um Patrocínio, de um Deodoro, de um Rui Barbosa, de um Oswaldo Cruz, de um Rio Branco, e tantos outros, também, representativos do espírito brasileiro, souberam reunir suas vontades, sua eficiência, sua inteligência, sua vocação criadora, para, em todos os setores da Nação recém-formada, realizarem a grande tarefa que só conjuntamente poderia ser efetivada. Ao destacar o nome de Evaristo da Veiga — o primeiro grande jornalista, ou o maior entre os primeiros publicistas deste País — eu o faço exatamente para ligar o nome que hoje aqui relembramos e estamos cultuando, o do inesquecível Irineu Marinho, à corrente ou à vertente enunciadora do pensamento livre dos brasileiros, vocação revelada em Evaristo e plenamente confirmada no ilustre fundador de **A Noite e O Globo**.

A linha jornalística vinda de Evaristo, a da imprensa a serviço do bem público, da verdade e do interesse nacional, foi enriquecida por Irineu Marinho. Este mestre do moderno jornalismo soube, de fato, encarnar o verdadeiro sentido da imprensa na vida de um País identificado, genuinamente identificado com os valores espirituais do Ocidente. Teve, assim, uma larga e lúcida compreensão dessa poderosa arma, poderosa exatamente porque ele a soube exercer com equilíbrio no cenário de sua época, em que a República era ainda recém-nascida, e as idéias em confronto não só se disputavam como procuravam empolgar a opinião nacional. Mas, como exercer plenamente esse poder, entrevisto por Irineu Marinho, em todas as suas relações com a liberdade, a inteligência política e as melhores tendências nacionais? Que faltava em nossa terra, para termos uma imprensa não apenas bem escrita, bem pensada, mas também de

larga penetração, a ponto de impor-se no confronto com o que já havia de mais importante na imprensa sul-americana, **La Prensa e La Nación**, de Buenos Aires? Escrever bem nunca foi problema para os jornalistas brasileiros, pelo menos aquela parte mais ligada à vida literária e cultural — pois a imprensa foi sempre, em nosso País, uma trincheira complementar da vida pública, como da vida cultura. Era o instrumento de comunicação e irradiação, numa época, como a de Irineu Marinho, em que, como tal, era o único recurso, pois não havia ainda o rádio e a televisão. Os jornais do Rio, então capital do País, na política e na cultura, orientavam a opinião nacional, percorriam todo o território, através dos meios morosos de transporte, mas chegando a todos os rincões, como o respiradouro moral e intelectual da Nação culta e civilizada. Irineu Marinho sentiu que em seu tempo faltava ainda alguma coisa para termos jornais de larga irradiação, modernamente equipados, artisticamente paginados, e que refletissem mais diretamente a opinião dos que pensavam e não a opinião dos que apenas eram os donos materiais das folhas. Lutando e reagindo contra as idéias anacrônicas a respeito de jornal e jornalismo, ele liderou as novas concepções que viriam concretizar-se nas duas grandes folhas que fundou, **A Noite e O Globo**, e onde o que havia de melhor e mais atuante na equipe de jornalistas que ainda se submetiam às limitações mentais e profissionais dos que entendiam mal o problema teve nele o seu líder, o seu condutor, o seu organizador. A grande força de Irineu Marinho foi saber encarar o jornalismo como profissão, juntando as partes que se completam, a do poder das idéias e de inteligência com a da capacidade empresarial. Dentro deste conceito novo em sua época, do que devia ser a imprensa do Século XX, ele fez de cada companheiro um sócio, um interessado direto no destino das folhas que instalou, e de cujo esforço todos participavam com independência, mas com espírito de coesão, voltados todos para o mesmo rumo, as mesmas altas finalidades. A opinião que predominava nos artigos de fundo e nos grandes artigos assinados pelos notáveis articulistas daqueles dias foi revigorada com a informação, abrindo-se margem mais ampla à informação, que era dada ao público com honestidade, abrangendo todos os setores que se ligavam à vida da população. Partindo desses dois pilares da imprensa hodierna — a opinião e a informação — ele tornaria ainda mais vivo o espírito de campanha — a campanha que defendesse os melhores ideais republicanos, que defendesse sem preconceitos e sem interesses escusos os melhores programas de governo — e neste sentido a penetração de **O Globo** não tardou em transformá-lo num dos maiores diários da América.

Para melhor avaliarmos a importância renovadora da obra de Irineu Marinho, basta termos os depoimentos dos homens de sua geração, que acompanharam de perto as suas lutas de empresário pioneiro, construindo com esforço, dedicação, idealismo e honestidade, em cujo empreendimento não faltou jamais a solidariedade dos seus companheiros de ideal. São muitas as citações que recordam o permanente repórter, o jornalista de manga arregaçada, que soube servir à boa imprensa. Ele, nos momentos mais difíceis, aceitava o desafio. Humberto de Campos, o mais popular e mais lido escritor da década de 30, e um dos mais festejados até hoje, traça o perfil de Irineu Marinho, o indômito comunicador, que antecipou de muitos anos aquilo que diversos países fizeram, dentre eles a Alemanha, através do Ministério da Propaganda que, pelas comunicações do Sr. Goebels, facilitara a invasão das tropas de Hitler. Eis a força da comunicação, insisto.

Irineu Marinho, na antevisão dos seus escritos, foi, em verdade, um pioneiro do jornalismo moderno e humanizado, pois, o chefe, o patrão, o líder, era simples e humilde, de tal modo que os seus auxiliares se tornavam logo dedicados e fiéis companheiros, numa confraternização e solidarismo.

Talentoso, o grande homem cuja memória homenageamos era cognominado a "pena de arminho", mas não perdia nunca as condições de colega e de amigo. Não valorizou apenas a imprensa. Fez jornal sem distorções. Viveu a sociedade, o seu povo, o seu tempo. Mas,

na linha de frente, corajoso e digno, pugnou pela justiça, pela democracia e pela liberdade.

Trabalhou excessivamente; por isso, esgotou-se. Tombou poucos dias após fundar **O Globo**. Disseram que ele não viu a grandeza da sua obra. Ao contrário. Ele viu! Está vendo, pois vive nela pelos seus dignos filhos: Roberto, Ricardo e Rogério, três pedaços do coração de Irineu Marinho, estou por dizer, três corações pulsando num só pensamento, num só ideal: a boa imprensa. Eles não são herdeiros apenas dos seus bens materiais, mas, por igual, do seu nome, da sua capacidade de luta, de continuar o que lhes chegou às mãos e por elas foi desdobrado e enriquecido, nas organizações que constituem, hoje, uma entidade de interesse geral. A bandeira de Irineu Marinho não caiu das mãos dos seus intrépidos e laboriosos filhos. Tal pai, tais filhos.

Eis por que insisto em citar Humberto de Campos, cuja crônica leio para que conste deste discurso, porque nos dá o perfil de Irineu Marinho, o lutador, o líder, o permanente jornalista, o homem de fé, que, na antevisão dos seus ideais, plantou uma imprensa que resiste ao tempo, merecendo o respeito e os aplausos; por isso, vitoriosamente, vai

"Caminhando" ... sempre "caminhando"

Porque "Caminhar é

- renovar-se,
- mudar para melhor,
- assumir integralmente um ideal,
- viver um objetivo
- ter uma norma,
- uma idéia que nos arraste,
- nos impulse,
- nos dê um sentido,
- nos dê uma razão de viver."

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Tem a palavra o Sr. Deputado Jerônimo Santana.

O SR. JERÔNIMO SANTANA (MDB — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Dr. José Aníbal de Souza Bouret realiza grande esforço em prol da expansão do MDB no Estado de Mato Grosso. Bouret, que já foi Deputado Estadual, concorreu às eleições de 1974 à Câmara Federal, ficando na suplência da bancada do MDB. Desde então, dedica-se à organização do Diretório Metropolitano de Cuiabá, lutando por todos os meios para arregimentar forças, engrossando as correntes do partido.

Procedeu a filiações, realizou com êxito a Convenção Municipal do MDB de Cuiabá e colabora decisivamente na organização de inúmeros diretórios do partido na região norte e leste do Estado, num trabalho infatigável apoiando os companheiros do interior, levando-lhes o estímulo e a mensagem do MDB.

Agora, o Dr. José Aníbal de Souza Bouret se lança numa tarefa ainda maior: fazer o partido vencedor nas próximas eleições para Prefeitos e Vereadores, tanto em Cuiabá como nos Municípios do interior. Para tanto, vem dando assistência e incentivando os companheiros da Capital e do interior, na condição de grande e eficiente advogado, mormente no Tribunal do Júri.

Para dar curso à luta em favor do nosso partido, o Dr. Bouret acaba de fundar um jornal em Cuiabá, com recursos próprios. Esse jornal divulgará as reivindicações do povo, assim como denúncias de irregularidades administrativas, hoje se verificando com frequência em Mato Grosso. Será um jornal em defesa dos interesses do povo e não de grupos; um jornal para denunciar o que sofrem milhares de colonos sem terras no Estado. Será um veículo para denunciar os grileiros e o que eles vêm fazendo com os colonos, com apoio até da polícia do Estado, como se verifica em Alto Araguaia, Barra do Garças, Diamantino, Aripuanã e outras localidades, onde a fúria da grilagem se propaga, graças ao fechamento do Departamento de Terras do Estado. Este Departamento foi fechado para apenas os grupos serem beneficiados.

O Dr. José Aníbal de Souza Bouret é uma liderança capaz e autêntica que surge no MDB de Mato Grosso. Por seu esforço e capacidade de trabalho, vai fazendo o MDB crescer no Estado, sem desfazer, é claro, das demais lideranças que fazem a grandeza do partido em Mato Grosso. Ser oposição em Mato Grosso é muito difícil, ainda mais ser oposicionista autêntico. Com Bouret não há lugar para acordos ou adesismo. Ele é fiel ao povo e ao partido. Com Bouret não há meio termo, visto que, em política, segundo o jornalista José Frassinete Lima e Silva, também não há lugar para coluna do meio, embora muita gente do MDB esteja hoje justamente em cima do muro ou marcando a coluna do meio.

É preciso que a direção nacional do partido prestigie o trabalho do Dr. José Aníbal de Souza Bouret, do MDB de Mato Grosso, que vem, com seus próprios recursos, fazendo um extraordinário trabalho em favor de nosso partido naquele grande Estado. Nossa homenagem, pois, ao Dr. Bouret. Prossiga, Dr. Bouret. O povo, firme e resoluta, estará com o MDB e suas lideranças sinceras e autênticas.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Tem a palavra o nobre Deputado Adhemar Santillo.

O SR. ADHEMAR SANTILLO (MDB — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos registrar, nesta oportunidade, o Encontro Regional do MDB no médio-norte goiano, realizado ontem, à tarde, na cidade de Uruaçu.

Vários Municípios participaram desse encontro. Na oportunidade, pudemos tirar duas lições importantíssimas. A primeira delas é que a preocupação do brasileiro para com o problema institucional, em nosso País, é realmente muito grande. Numa cidade de população essencialmente rural, a manifestação dos presentes ao Encontro pela luta do MDB em favor da revogação dos atos de exceção, principalmente do Ato Institucional nº 5 e do Decreto-Lei 477, assim como a solidariedade recebida pelos Líderes do partido, foi qualquer coisa de impressionante e contagioso, o que inclusive redobra as forças dos congressistas do MDB de Goiás no sentido de continuarem a luta em prol do restabelecimento do Estado de Direito e da redemocratização do País.

A segunda lição que aprendemos, Sr. Presidente, é que nossos companheiros do interior já não se preocupam com a possibilidade de extinção dos partidos políticos. De acordo com o que pudemos ontem observar, eles estão interessados apenas na normalização do estado democrático e não se intranquilizam com a notícia sobre a possibilidade de extinção dos partidos políticos após as eleições de 1976. Isto porque há um pensamento oposicionista dos componentes do MDB, e não será por simples extinção de siglas partidárias que ocorrerá divisão nas suas forças. Já estão todos eles cientes da possibilidade de uma manobra visando à extinção dos partidos, para enfraquecer a Oposição. Haverá reunião preliminar de todos os Diretórios do MDB, para que, numa tomada de posição conjunta, os seus partidários passem a integrar o partido de Oposição, no caso da extinção dos atuais partidos. Os que se encontram no MDB hoje não se filiaram a este partido em função de divergências com a ARENA, mas, sim, porque estão realmente fazendo oposição ao Governo. Não será a simples extinção de siglas partidárias que dividirá suas forças, principalmente no nosso Estado. Por isso mesmo, nós, que participamos ontem de um debate no Médio-Norte goiano, com representações de 20 cidades, aprendemos muito com nossos companheiros interioranos. Eles desejam que nossa luta continue, principalmente no campo institucional, e estão conosco na luta oposicionista, quer no MDB, quer em qualquer outro partido de oposição que venha sucedê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, na Festa dos Estados, no ano passado, a renda líquida auferida pela Casa do Candango atingiu a cifra de Cr\$ 5.335.652,84, recebendo mais Cr\$

125.910,38 em mercadorias que sobraram da tradicional Festa e um terreno em Santa Catarina, doado à barraca desse Estado, no valor de Cr\$ 53.000,00.

Pois bem, desses fabulosos recursos, a direção da Casa do Candango empregou Cr\$ 5 milhões em letras de câmbio, *open market*, e cadernetas de poupança, enquanto outras vinte entidades filantrópicas existentes em Brasília lutam com as maiores dificuldades por carência de recursos e apoio oficial.

Sr. Presidente, mais uma Festa dos Estados em benefício da Casa do Candango acaba de ser realizada nesta Capital, superando em muito as anteriores, por sua inusitada movimentação, pelo que tudo leva a crer que a renda líquida auferida por essa instituição suplantou a do ano próximo findo.

Ressalte-se que, pelo significado da Festa dos Estados, todos, indistintamente, aqui domiciliados contribuem espontânea e prazerosamente para o seu completo êxito financeiro. Além do mais, ela se constitui uma das mais salutaras atrações turísticas de Brasília.

Por isso, nada mais justo do que as obras assistenciais da Capital Federal sejam contempladas com algumas parcelas dos recursos financeiros colhidos com a participação da população local na Festa dos Estados, quando é sabido que até agora as iniciativas governamentais em favor da infância desvalida ou do menor abandonado limitaram-se ao reconhecimento da gravidade da problemática, que compromete a própria estabilidade da sociedade, através de muito falatório das autoridades responsáveis.

É jurisprudência pacífica que a assistência institucional já deu o que tinha que dar. Hoje, pelas novas técnicas, exige-se a prevenção pelo fortalecimento da família.

Toda doutrina moderna baseia-se na premissa afirmativa de que o problema do menor gira em torno do trinômio pai-filho-lar. A criança não pode prescindir do lar, o próprio ou um substituto, mas um lar. E isso, aliás, está inserido na Carta dos Direitos da Criança, que proclama enfaticamente:

"Nenhuma criança deverá ser privada de seu lar por razões econômicas."

Da tese infere-se que é dever do Estado até subvencionar diretamente determinada família, desde que o abandono seja de origem puramente econômica, pois existe também o caso do abandono moral.

O Estado efetivará sua proteção, assistência e amparo, por meio de medidas preventivas ao desajuste da família. A família e o lar são células sociais decisivas na formação moral dos menores. Respeitando a integridade da família estaremos, sem dúvida, ajudando a infância.

Outra inferência da tese é a consagração de que a ação social, a ação dos particulares, importa tanto como a ação oficial, traduzida em leis e regulamentos protetores. Tem a ação privada doçuras e refinamentos que jamais se observam na ação oficial, excessivamente formal e regulamentar.

Sr. Presidente, embora reconhecendo que a Casa do Candango se constitui num símbolo de solidariedade e compreensão, destacando o labor de uma equipe de valorosas senhoras da sociedade brasiliense, tendo a impulsioná-la o dinamismo de D. Hellé Caiado de Castro, empreendedora, sempre agindo em termos de solidariedade humana, jamais se justifica a aplicação das rendas auferidas na memorável Festa dos Estados em letras de câmbio, *open market* e cadernetas de poupança, como ocorreu no ano próximo passado, quando as precípuas finalidades dessa altruística iniciativa deveriam ser o fortalecimento das entidades filantrópicas e as obras sociais de Brasília, com recursos financeiros tendentes a equacionar ou minimizar as consequências desmoralizantes dos problemas do menor abandonado, da criança desvalida, do ancião e da faixa mais empobrecida da população local.

Sr. Presidente, finalizo reafirmando que não pode haver consciências silenciosas quando os graves problemas sociais reclamam

todas as vozes. Então as vozes que se calam são vozes que se acumpciam e os braços que caem são os braços que colaboram.

Que cada um cumpra com o seu dever de solidariedade humana.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Com a palavra o nobre Deputado Raul Bernardo.

O SR. RAUL BERNARDO (ARENA —MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, "uma das características mais notáveis do processo de desenvolvimento é que ele propicia o surgimento de uma consciência verdadeiramente nacional dos problemas brasileiros. Essa consciência é tanto uma consequência como uma condição da continuidade, e mesmo da aceleração, desse processo. Na esfera econômica, esse pressuposto é ainda mais tangível.

A ação dos planejadores governamentais se orienta hoje, no Brasil, para a articulação dos esforços do setor público e dos agentes privados do desenvolvimento a nível interregional. Esse é o contexto que explica, e justifica, o aparecimento da Associação Nacional de Entidades de Desenvolvimento Industrial — ANEDI, entidade que congrega empresas e órgãos voltados para o fomento industrial em todo o País.

Historicamente, a ANEDI tornou-se uma necessidade que se evidenciou por ocasião do 3º Encontro de Distritos Industriais, realizado em Belo Horizonte, em setembro de 1975, sob o patrocínio da SUDENE e da Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais. Reunindo periodicamente os representantes das CDIs da área da jurisdição da SUDENE, verificou-se no Encontro de Belo Horizonte — que já contou com uma expressiva representação de Estados do Sul e do Centro-Oeste — que os problemas comuns transcendiam o nível regional.

O pioneirismo da SUDENE, promovendo e patrocinando esses Encontros, foi o ponto de partida para essa tomada de posição. Criada como uma resolução do 3º Encontro, a ANEDI é agora uma realidade.

O 4º Encontro de Distritos Industriais da Região Nordeste e o 1º Encontro Nacional, marcados para Salvador, em outubro próximo, se realizarão sob a égide da SUDENE, Governo da Bahia e da nova entidade que, nesse intervalo, já realizou reuniões regionais e participou de deliberações importantes no âmbito de sua atuação:

"A ANEDI é fruto do novo Brasil, que cresce e reafirma nesse crescimento a sua consciência nacional, voltada para o desenvolvimento e para o bem-estar de seu povo."

Srs. Congressistas, as palavras que acabamos de dizer são as que compõem o "Editorial" do primeiro número do bem lançado "Boletim Informativo" da ANEDI — Associação Nacional das Entidades de Desenvolvimento Industrial, comemorativo da solene instalação da entidade em Brasília, no dia 22 do corrente mês de junho, ocorrida no Salão Azul do Hotel Nacional, e presentes as mais altas autoridades civis e militares, e representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, a níveis Federal e dos Estados.

Para a consecução de suas finalidades, a ANEDI atuará em regime de colaboração com órgãos públicos e privados, representando seus associados — as Companhias de Distritos Industriais e congêneres — tendo em vista, sobretudo, os seguintes objetivos: a) defender os interesses de seus associados perante os Poderes Públicos e organizações privadas, de origem nacional e estrangeira; b) promover o contínuo aperfeiçoamento dos organismos de desenvolvimento industrial que representa, através de intercâmbio de experiência, realização de encontros, congressos, seminários, troca de informações, publicações e outros meios julgados necessários à consecução de suas finalidades; c) opinar sobre normas legais emanadas das autoridades competentes, que se refiram a seus associados; d) cooperar com órgãos do poder público, visando ao melhor sistema de planejamento, operação e administração dos órgãos encarregados do desenvolvimento industrial; e) manter contatos com órgãos federais, estaduais e municipais, para a coor-

denação de tarefas e programas relacionados com o setor industrial e correlatos; f) realizar negociações para a obtenção de financiamento para seus associados junto a entidades governamentais, particulares, quer nacionais, quer internacionais; g) realizar quaisquer atividades de apoio e incentivo que possam promover o desenvolvimento industrial das diferentes regiões do País; h) sugerir medidas de controle da poluição industrial; i) assinar convênios, contratos e outros instrumentos legais, com órgãos governamentais, entidades particulares, nacionais ou estrangeiras, visando a estimular a formação de quadros técnicos para os órgãos estaduais e regionais encarregados de planejar e executar tarefas ligadas ao processo de desenvolvimento industrial e correlatos; j) estabelecer normas éticas e regulamentares que disciplinem a atuação de seus associados. Ficará a cargo da ANEDI a organização de um Congresso Anual e a realização de encontros regionais.

A primeira diretoria, eleita em Assembléia-Geral Extraordinária da Fundação da ANEDI, ficou assim constituída: Presidente: Silvano Cançado Azevedo — Presidente da CDI-MG; 1º Vice-Presidente: Júlio Vicente Alves de Araújo — Presidente da DIPER; Vice-Presidente da Região Nordeste — Patrício Leal de Melo Filho; Vice-Presidente da Região Sudeste — Gutman Uchôa de Mendonça; Vice-Presidente da Região Sul — Nilson José Boeing; Vice-Presidente da Região Centro-Oeste — Carlos Henrique de Melo Coe.

Membros efetivos do Conselho Fiscal: José Joaquim Guimarães Ramos — Presidente da CDI-MA; Carlos Antônio Anshu — Presidente da CEDIC-RS; Adalberto Gama da Câmara — Presidente da CODEAL; — Membros Suplentes: Oswaldo Torres Nascimento — Presidente da CODIPI; Mechel Woller — Presidente da URBS-SC; Antonio Alberto Pires Valença — Diretor do Departamento de Indústria e Comércio da Secretaria de Indústria e Comércio da Bahia.

São sócios fundadores da ANEDI as seguintes entidades:

Região Norte: SUFRAMA — Superintendência da Zona Franca de Manaus; Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará; Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Acre; Companhia de Desenvolvimento Industrial do Maranhão.

Região Nordeste: CODIPI — Companhia de Distritos Industriais do Piauí; BANDECE — Banco do Desenvolvimento do Ceará; Companhia de Desenvolvimento de Recursos Minerais do Rio Grande do Norte; CINEP — Companhia de Industrialização do Estado da Paraíba; DIPER — Companhia de Desenvolvimento Industrial de Pernambuco; EDDEAL — Companhia de Desenvolvimento de Alagoas; CONDESE — Conselho de Desenvolvimento de Sergipe; CEDIN — Fundação Centro de Desenvolvimento Industrial da Bahia.

Região Sudeste: SUPPIN — Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial do Estado do Espírito Santo; CDI-MG — Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais.

Região Sul: URBS — Companhia de Urbanização de Curitiba; CODISC — Companhia de Distritos Industriais — Sul-Catarinense; CEDIC — Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul.

Região Centro-Oeste: GOIASINDUSTRIAL — Companhia de Distritos Industriais de Goiás; CEAG-MT — Centro de Assistência Gerencial de Mato Grosso.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, ao registrarmos tão memorável e expressivo acontecimento, desta mais alta tribuna do povo brasileiro, queremos formular nossas congratulações aos fundadores e dirigentes da ANEDI, e para melhor homenageá-los, solicitamos a inserção, nos Anais desta Casa, do oportuno artigo jornalístico intitulado "Política de Promoção Industrial e Implantação de Áreas Industriais: Ação da ANEDI", da lavra do talentoso e operoso mineiro que preside a nobre Associação, economista Silvano Cançado Azevedo, artigo esse publicado no "Forum Econômico", nº 118, e vazado nos seguintes termos:

"A estratégia Governamental do desenvolvimento industrial define a necessidade da "... atenuação dos desníveis regionais, evitando-se a continuação da tendência à concentração da atividade industrial em uma única área metropolitana. ..." É claro que o processo de descentralização tem que ser compatibilizado com a preservação de escalas de produção econômica e de economias de aglomeração.

Compete, dessa forma, aos Estados unir à teoria, ações práticas e objetivas, buscando acelerar a Promoção Industrial. O conhecimento de suas potencialidades, aliado à ação política do Governo, propicia os elementos necessários à consecução do objetivo proposto. Os diversos projetos já definidos para as regiões Centro, Sul e Nordeste representam, ao lado de um planejamento global, o rompimento do ciclo vicioso que pode transformar uma economia estancada num sistema econômico de Mercado, visto que ao próprio mercado se tem procurado atribuir os necessários e indispensáveis requisitos do planejamento, que significa, em última análise, o único mecanismo eficiente de se obter um modelo de desenvolvimento harmonioso e integrado.

Numa ação conjunta, com o mesmo enfoque a nível regional, torna-se estadual em seus aspectos físico-localizacionais, sem perder de vista os de ordem econômica e social. Por este ângulo, assume fundamental importância o estudo e definição das Áreas Industriais e dos organismos que detêm a primazia de serem os executores desta obra.

O empresário, ao promover o estudo da macro-localização de sua empresa, visa principalmente garantir a rentabilidade de suas atividades econômicas, analisadas sob os aspectos de custos e benefícios.

Raciocinando empresarialmente, ressaltados os mecanismos de incentivos específicos para desenvolvimento de determinadas regiões, é que se deve iniciar o processo de definição do terreno industrial a ser escolhido. Assim, deverão, sempre, ser devidamente analisadas as razões que poderão definir a implantação da indústria, tais como: condições de mercado, matéria-prima, custos dos diversos insumos de produção, custo de transporte, mão de obra, etc.

Uma vez definida a região, deverão ser desenvolvidos os estudos de Micro-localização para a implantação da Área Industrial. Os aspectos físicos, agora, são mais enfatizados, principalmente quanto a relevo e declividade, resistência e qualidade do solo, facilidade para o abastecimento d'água e energia elétrica, o sistema de transporte existente e de comunicações. Além disto, e preliminarmente, há de raciocinar que uma Área Industrial deve, acima de tudo, ser compatível com as condições de crescimento da comunidade e de seus equipamentos urbanos de tal forma que seja levado um gradiente considerável no nível de vida o planejamento inicial, à preservação do meio ambiente e controle de poluição.

A atuação do órgão executor desta política de implantação industrial deve, desde o início, atuar de conformidade com os demais órgãos de planejamento, execução a níveis federal, estadual e municipal, minimizando os custos de implantação. Desta forma, o terreno deverá, tanto quanto possível, estar próximo de acesso da rede de energia elétrica e manancial capaz de abastecer a área industrial, assim como receber os dejetos industriais.

Além disso, deverão participar do projeto os organismos que detêm a concessão dos referidos serviços. Finalmente, na delimitação do terreno, deverão ser considerados os equipamentos urbanos existentes, especialmente quanto à habitação e, junto às municipalidades, a definição do uso do solo. Estas providências, a par de ordenar o crescimento do município, permitirá o controle da especulação imobiliária através do "bloqueio" dos terrenos necessários ao programa proposto — desenvolvimento econômico-social."

O projeto da Área Industrial deverá prever alternativas de execução de seu sistema viário, de forma a adequá-lo à ocupação efetiva pelas indústrias. Além da setorização "por tipo de indústria", deverão ser previstas áreas para empresas de serviço de apoio e normas técnicas de implantação, como por exemplo, taxa mínima e máxima de ocupação, parâmetros legais, anti-poluente, etc.

A idéia do planejamento definida por Marjolin ("Planejamento Econômico numa Sociedade Democrática") é de que "... Planejamento é uma técnica a serviço de uma política. O que importa, em última análise, não é a técnica, mas a política. ..." Nas presentes circunstâncias de incerteza bastante considerável, de condições que mudam rapidamente, o planejamento pode ajudar a tornar possível uma política econômica racional. ...

A decisão política já foi tomada e o Governo tem feito todo esforço no sentido de viabilizá-la, através de projetos de alto grau de polarização nas diversas regiões.

Compete aos Estados somar esforços e, nesse particular não podemos fracassar.

Assim, elaborada a Promoção Industrial, com pleno conhecimento das potencialidades regionais, as Áreas e Distritos Industriais oferecerão os demais condicionantes imprescindíveis à decisão do Empresário, preservando as "Economias de Aglomeração", com vantagens nos custos dos serviços, dos insumos, unidades centrais de uso comum, na economia de escala obtida com produção de determinados componentes afins a várias indústrias, em quantidade que tornem atrativa tal produção pela maior densidade da demanda.

Por outro lado, o planejamento da Área Industrial, conforme já ressaltamos, levará em conta a existência ou não de habitação, escolas, hospitais, lazer, outros equipamentos, além de transporte e comunicação. Além disso, a dimensão da Área, suas normas, seu sistema viário e demais insumos serão definidos de forma a proteger a comunidade industrial contra a chamada "deseconomia de aglomeração", como por exemplo, dificuldade de trânsito, especulação imobiliária de terrenos, concentração de agentes poluentes, etc.

A Associação Nacional de Entidades de Desenvolvimento Industrial — ANEDI, busca, entre outros objetivos, ser um organismo institucional de moderação e apoio à política do Governo no sentido de obtermos um desenvolvimento integrado e equilibrado entre os diversos Estados Brasileiros.

A curto prazo, através de seminários como o de outubro que será realizado em Salvador — 1º Encontro Nacional, patrocinado em conjunto com o Governo baiano e a SUDENE, esperamos que os estudos e o intercâmbio tecnológico propicie os meios que nos permitirão cumprir nossa missão, cujo objetivo é o de contribuir para o aceleramento do desenvolvimento econômico e social do País.

A ANEDI se propõe a ser o catalizador dos resultados obtidos e levar, a nível nacional, a execução das medidas e conclusões definidas. É como define Peter Drucker em Uma Era de Descontinuidade:

"... O que importa é que o conhecimento tornou-se o principal fator de produção numa economia avançada, desenvolvida. ..."

E nós, reuniremos nossos conhecimentos que transferiremos ao Governo que, sem dúvida, os utilizará como fundamental subsídio para a formulação de sua política desenvolvimentista."

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Thibau, por cessão.

O SR. NELSON THIBAU (MDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, na condição de representante de Minas Gerais, quero trazer minha homenagem a S. Ex^a o

Senador Magalhães Pinto, cujo aniversário natalício transcorre no dia de hoje. Para nós, mineiros, tanto do MDB, como da ARENA, o nome de Magalhães Pinto está acima dos partidos.

Presidente de um dos três Poderes da União, S. Ex^a merece do MDB mineiro e do MDB nacional todo respeito e consideração. Seu nome está registrado na História como um autêntico líder civil.

Por isso, em meu nome e — por que não dizer? — em nome do Movimento Democrático Brasileiro, desejo cumprimentar este homem público, defensor do Legislativo e do Poder Civil. É com emoção e satisfação que, neste momento, apesar de um dos mais humildes integrantes desta Casa, tenho a honra de parabenizar o ilustre Presidente do Congresso Nacional, membro da ARENA, desejando felicidades não só a S. Ex^a, mas também a toda sua família.

Tenho certeza de que o Senador Magalhães Pinto, Presidente do Congresso Nacional, ainda tem imensos serviços a prestar aos brasileiros. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Com a palavra o nobre Deputado Pedro Lauro.

O SR. PEDRO LAURO (MDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, à medida que nos aproximamos de 15 de novembro, mais se acentuam as atividades eleitorais, principalmente por parte dos Governos Estaduais, que, em nome da ARENA, tudo fazem para transmitir ao povo a imagem de bons administradores.

Proliferam as inaugurações de salas de aulas, pontes, acessos a cidades, agências bancárias de estabelecimentos oficiais, enfim, um número infundável de eventos que a gigantesca máquina da propaganda divulga, com a finalidade específica de alardear as qualidades do governante.

As solenidades chegam a efetuar-se duas vezes, uma com a obra semi-acabada, outra com a real entrega do que se fez. O que vale, no caso, é a vaidade do dirigente, e sua ação está voltada, quase sempre, para seu futuro político.

Reconhecemos que esta tradição, pouco louvável, vem de anos e se amplia nos momentos pré-eleitorais.

O Governador do Paraná, pelos diversos órgãos da administração, volta e meia faz-nos chegar convites para tais inaugurações. A cortesia, que agradecemos, nem sempre nos permite comparecer aos acontecimentos, pois a convocação, geralmente vem de véspera, o que dificulta nossa presença.

Nossa expectativa, à medida que o tempo passa, é a de receber comunicação de inauguração de pequenos melhoramentos por nós reivindicados para a cidade de Mallet, no sul do Estado.

Não cremos que as solicitações por partirem de um modesto parlamentar da Oposição não devam merecer as considerações do Sr. Governador do Paraná. Então, resta-nos perguntar: por que não se atender a Mallet?

Não pedimos nada ilógico, tão-somente uma agência bancária, pois a única que ali se achava instalada, por motivos que não nos cabe pormenorizar, foi locada a 40 quilômetros de distância, o que causa à cidade sérios transtornos. Um curso secundário oficial, tão necessário à juventude da cidade, foi outra modesta solicitação que encaminhamos às autoridades estaduais.

O patente descaso por Mallet é tanto que destinei de minha verba pessoal determinada importância, para a aquisição de uma ambulância, a fim de possibilitar melhor atendimento aos residentes no Município. Também é necessário melhoria para as estradas vicinais, Sr. Governador.

Estas as ponderações, Sr. Presidente, que levo ao conhecimento desta Casa, levando novamente à consideração do Governador Jaime Canet a reivindicação de instalar em Mallet uma agência do Banco do Estado do Paraná, ou, na impossibilidade, que promova gestões junto à Caixa Econômica Federal, para que estabeleça uma filial naquele Município. Que se crie uma escola oficial de 1º e 2º grau

para o prosseguimento da educação dos jovens e, finalmente, que se dê àquela localidade o mesmo tratamento que se daria se o pedido partisse de um situacionista.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Siqueira Campos.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (ARENA — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, nunca seria demais insistir sobre a necessidade da luta, que deve ser permanente e vigilante, pelo aprimoramento das nossas instituições, a melhor, a mais ampla e a mais iluminada vereda capaz de levar o País, sem tropeços nem conflitos, ao seu pleno desenvolvimento democrático, objetivo precípuo de toda a nossa atividade política.

E igualmente relevante se torna lembrar que foi por não termos dispensado a devida atenção a esse superior aspecto da vida pública brasileira que chegamos ao esclerosamento, à deterioração e, por fim, ao caos diante do qual a Nação, angustiada e sofrida, apelou para as suas Forças Armadas, com elas concretizando o magnífico movimento de março de 1964.

Episódio marcante na retificação dos rumos da problemática nacional, a Revolução teria de impor padrões renovadores, capazes, pela sua profundidade e pela sua elevação, de influir no comportamento do meio social como um todo, removendo os detritos do passado para, em terreno devidamente saneado, implantar os alicerces de uma sociedade menos vulnerável.

Da antiga vulnerabilidade, sofremos dolorosas consequências, como dela recebemos lições que devem nortear a nossa conduta no sentido de evitar a recaída em métodos condenáveis, semelhantes àqueles que nos levaram à beira do abismo.

Sabemos, por ser a história recente, que o povo vinha sendo conduzido, através da ação criminosa de aventureiros e profissionais da subversão dirigidos e instrumentalizados de fora, para, em primeiro lugar, ser equivocadamente levado a criar a desorganização, etapa que fatalmente propiciaria a entrega do País aos manobreadores do internacionalismo apátrida.

Uma vez, porém, que a Nação foi reconduzida ao seu leito natural e o destino da população brasileira se viu abrigado nas mãos firmes das lideranças nacionais, é nosso dever trabalhar para cada vez mais nos distanciarmos daquele período sombrio, armando-nos dos instrumentos da sabedoria, da correção e do honesto emprego da coisa pública, na constante busca da estabilidade política, do equilíbrio social e do robustecimento econômico.

E, na persecução dessa conquista incessante, não podemos perder de vista o passado recente, cujos erros tão caro nos custaram e cuja repetição, nesta altura da nossa obra recuperadora, provocaria danos irreparáveis.

Não poderíamos, por exemplo, permitir a volta aos processos escusos do escamoteamento da verdade em benefício de grupos interessados, insistentes no vício de manipular intrigas de bastidores, assenhoreando-se de determinados setores da administração pública, neles instalando os seus prepostos e com eles dividindo as benesses do mandarinato dos favores pessoais, em detrimento do erário, do contribuinte e de todo o povo brasileiro.

Foi assim que atingimos o caos: o dinheiro arrecadado pela Receita Federal mal chegava às arcas do Tesouro, e tomava rumo desconhecido, substituído pela máquina fiduciária, a imprimir papel-moeda, enfraquecido e desmoralizado pelo desgaste dos vendavais inflacionários.

Se isso acontecia no alto, na planície a desmoralização tomava corpo, com o então Ministério do Trabalho e Previdência Social, criado pela Revolução de Trinta para estabelecer a harmonia entre empregados e empregadores, transformando-se num caudal de corrupção, habilmente estimulado pelos agentes da subversão.

Possuímos, à época, uma série de siglas denotadoras desse aninhamento corrupto-subversivo: IAPC, IAPI, IAPETEC e outros mais eram símbolos da penetração do ácido corrosivo que levaria à

destruição das bases das instituições brasileiras, ao lado do famoso Fundo Sindical e de todo e qualquer organismo ligado à massa trabalhadora.

Cada um daqueles institutos representava uma pequena capitania, cujo donatário distribuía a seu talante os frutos da contribuição dos segurados, enquanto os agentes subversivos aguardavam a hora do assalto.

Relembro esses episódios, Sr. Presidente e Srs. Deputados, porque desejo firmemente afastar de todos nós equívocos e frustrações futuras, que nos levariam a retardar, senão a prejudicar profundamente o processo de normalização da vida institucional do País.

Assim, com os olhos voltados para os superiores interesses nacionais, quero alertar esta Casa, seus líderes, tanto da Maioria quanto da Minoria, para a forma como vêm sendo conduzidos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, à qual cabe examinar, imparcialmente, as incidências da operação de permuta de um terreno ocioso do INPS por cinco hospitais localizados em diferentes unidades da Federação.

Não tenho dúvidas em afirmar que me causam estranheza e preocupação certos aspectos da conduta daquele órgão, cujo Presidente, o Deputado do MDB José Camargo, parece olvidado daquele tempo que acabei de lembrar e mais próximo do alinhamento da antiga e condenável manipulação dos bastidores previdenciários do que da nova mentalidade oriunda do Movimento de Março.

Falo, Sr. Presidente, como representante da ARENA, partido ao qual cabe zelar pelo ideário revolucionário e, como tal, a defender os seus pressupostos, que são aqueles em que se fundamentam o presente e o futuro da Nação brasileira.

Quem foge desses princípios, que interessam a todos nós, indiferentes de filiações partidárias, estará necessariamente servindo ao passado de sobressaltos de que, mercê de Deus, nos livramos, com o apoio decidido e decisivo das nossas patrióticas Forças Armadas.

Com efeito, chegou-me agora às mãos cópia da reunião daquela CPI, de número 34/76, de 28 de abril último, ocasião em que foi colhido o depoimento do atual Presidente do INPS, como representante de uma das partes em litígio.

Vou ler, para ciência dos membros desta Casa, o que ali se lê, *ipsis literis*:

“O Sr. Presidente (Deputado José Camargo) — Dr. Stephanes, estamos aqui no mesmo campo. O objetivo desta Comissão também é o da devolução do terreno ao seu legítimo dono, que é o INPS.”

Essas palavras, Sr. Presidente e Srs. Deputados, constam do apanhado taquigráfico daquela reunião, exatamente como acabo de ler.

Afinal, que estranhos caminhos pretende percorrer o representante do MDB na presidência daquela CPI?

Antes mesmo de ouvir a outra parte, antes do pronunciamento de seus pares, antes de que as conclusões tenham sido condensadas pelo Relator, o Presidente da Comissão profere a sua sentença, colocando-se, ao mesmo tempo, acima do Judiciário, que foi chamado a apreciar o problema e ainda tem uma vasta distância a vencer, ao longo de todas as suas instâncias.

Poderá, Sr. Presidente, quem se antecipa ao julgamento dos próprios pares e *in limine* e de plano se solidariza com um dos litigantes, prosseguir presidindo, de forma imparcial, as diversas fases de uma Comissão, à qual cabe o estrito dever de apurar a verdade dos fatos?

Ou terá o Deputado emedebista outros motivos, que não esses, para justificar comportamento tão estranho?

Consultem-se as duras lições do passado recente, que julgávamos sepultado, e encontraremos razões para nos preocuparmos seriamente.

Deixo, entretanto, a resposta às indagações que acabo de levantar ao critério das lideranças partidárias e, principalmente, da Mesa Diretora desta Casa.

E, a par dos agradecimentos aos ilustres colegas que me ouviram, desço desta tribuna com a real preocupação provocada pela gravidade da atitude do Presidente da CPI do INPS.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Tem a palavra o nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, dois assuntos trazem-me à tribuna nesta noite:

As classes médicas de São Paulo e do Brasil estão engalanadas muito justamente, porque um de seus grandes representantes acaba de ser agraciado com o título de "Membro Titular da Sociedade de Medicina Nuclear Americana". Trata-se do Dr. Altair José Câmara, Chefe do Departamento de Radiologia e Medicina Nuclear do Hospital Vera Cruz, de Campinas.

Com o objetivo de receber a homenagem e de também participar da 23ª Reunião de Medicina Nuclear, que se está processando na cidade de Dallas, Texas, EUA, seguiu há poucos dias para lá aquela autoridade médica.

Apraz-me registrar desta tribuna, Sr. Presidente, que, além de sua grande responsabilidade no conceituado hospital de Campinas, o Dr. Altair José Câmara é encarregado da direção do Departamento de Medicina Nuclear e Tomografia Computarizada do Hospital Municipal de Dallas, o que atesta, por si só, seu gabarito profissional.

Após sua participação na Reunião de Dallas, nosso ilustre conterrâneo estará em Baltimore, onde, na sede do famoso "John Hopkins Hospital", um dos templos da ciência médica mundial, fará intenso treinamento em sua especialidade, Tomografia Computarizada em Medicina Nuclear, agora especializando-se mais ainda nos ramos Cardiovascular e Pulmonar.

Um aspecto da homenagem que está sendo prestada pela ciência médica americana ao Dr. Altair José Câmara nos é muito grato, Srs. Deputados, e quero destacá-lo de modo especial. O título que está sendo concedido ao médico de Campinas é o primeiro com que se distingue um médico brasileiro dessa especialidade, uma das mais novas dentro da ciência médica, o que atesta inquestionavelmente o grau de adiantamento desse ramo médico em nossa cidade.

A reunião de Dallas, na qual o Dr. Altair José Câmara representará a ciência médica do Brasil, conta com a participação de mais de 5.000 especialistas desse novo ramo médico, de várias partes do mundo.

Ao registrar este auspicioso acontecimento, Sr. Presidente, de-sejo prestar merecida homenagem ao ilustre médico campineiro, que vê, assim, de certa forma, recompensada sua dedicação e gratificada sua competência profissional. Estendo esta homenagem ao ilustre Corpo Médico do Hospital Vera Cruz, uma das mais tradicionais casas de saúde do Brasil. Faço-o até com certo orgulho, pois o terreno da medicina, bastante desenvolvido no Brasil, mais uma vez se destaca no cenário internacional, e justamente nos Estados Unidos, onde a ciência médica tem alcançado, nos últimos anos, um desenvolvimento difícil de se ultrapassar. O destaque que a medicina brasileira recebe agora na pessoa do Dr. Altair José Câmara nos prova, mais uma vez, que o homem brasileiro tem condições de se ombrear, também no campo da ciência, com os melhores representantes mundiais de qualquer ramo do saber. Passo a outro assunto, Sr. Presidente.

Quero acreditar que aquilo que ocorre comigo, no particular, acontece igualmente com a maioria dos Deputados, ou seja, diariamente chegam às minhas mãos cartas de brasileiros angustiados pela injusta e desumana situação a que estão relegados, com as falsas soluções havidas no ato governamental que baixou o novo plano de reclassificação dos cargos.

Já se disse — e com muita razão — que a nova lei criou novos e poucos murujás no serviço público, mas, paralelamente, aumentou enormemente o número dos párias, aos quais, sequer se oferece uma visão de um futuro melhor.

As injustiças são muitas e flagrantes, e atingem por igual os servidores da ativa e os funcionários aposentados, criando mesmo situações que chega a ser difícil de serem acreditadas.

Um dos exemplos mais pungentes ocorre com os velhos funcionários do antigo Departamento de Correios e Telégrafos, ora existindo sob a nova roupagem de Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

A grande maioria do pessoal do DCT, quando da alteração havida, optou pela permanência sob o regime estatutário, sob o qual trabalhava desde longos e penosos anos. E, por não terem escolhido o regime trabalhista, em face do Plano de Classificação de Cargos, aqueles velhos servidores ficaram em verdadeira disponibilidade, embora tal não tenha sido declarado, ficando aguardando distribuição para outro Ministério.

Cito um exemplo estarrecedor: um telegrafista do último nível da carreira teve os seus vencimentos fixados em 3.932 cruzeiros mensais, importância que só passará a receber a partir do momento em que vier a ser redistribuído por outro Ministério. Mas, enquanto tal redistribuição não se efetivar, o telegrafista de nível mais elevado, ainda na ativa, recebe apenas 1.699 cruzeiros mensais, enquanto que (veja a Casa o absurdo!) os telegrafistas do mesmo nível, de todos os níveis, em verdade, se já estavam aposentados na data da Classificação, estes percebem 3.395 cruzeiros por mês.

Temos aí, perfeitamente identificada, a injustiça a que me referi. Injustiça tanto maior quando, segundo a Constituição, os proventos dos servidores aposentados não podem ser superior aos dos funcionários da ativa.

Definida a paridade de situações, afigura-se totalmente injusta a situação em que fica um funcionário de carreira, no fim dela, evidentemente na ativa, percebendo apenas metade do que receberia se já estivesse aposentado.

E, mais ainda, ninguém é capaz de explicar se os telegrafistas da ativa, com tempo para a aposentadoria voluntária, terão, se a quiserem, proventos iguais aos já aposentados ou se, indo para o justo descanso, ficarão apenas com os míseros cruzeiros que atualmente percebem.

Está mais do que na hora de se corrigirem injustiças assim, pois é quase criminosa a situação criada para tantos milhares de brasileiros depois de uma existência toda votada ao serviço público do País.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Oswaldo Buskei.

O SR. OSWALDO BUSKEI (MDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, há bem pouco tempo, enfoquei a necessidade de uma nova política de preços para o leite, visto que temos tido neste País, até então, interesses voltados com exclusividade para o consumidor.

Preconizei a adoção de uma política de produção e preços voltada com realismo para o setor, a formação de estoques reguladores permanentes e o subsídio direto ao produtor. O Governo, à época de meu pronunciamento, já se preparava para estabelecer o novo nível mínimo dos preços, o que ora anuncia, propiciando ao produtor receber Cr\$ 2,10 por litro, com um aumento da ordem de 23,52%.

O setor, sabedor da evolução dos preços dos insumos atinentes à pecuária leiteira, não se pode satisfazer com o reajuste anunciado. Quando os insumos sofrem nos primeiros cinco meses deste ano um aumento médio de 44%, de acordo com levantamentos realizados nas principais bacias leiteiras do Estado de São Paulo, o aumento não condiz as necessidades dos produtores.

Nessa contingência, vemos a Sunab na essencialidade de suas funções, de forma abusiva, intimidar usinas do Paraná a um fortalecimento normal, sem considerar que, em face da entressafra, as usinas sequer recebem de seus fornecedores as cotas necessárias para atenderem às exigências impostas. Não leva em conta os prejuízos consideráveis que sofrem os distribuidores que, devido à falta do produto, têm seu transporte onerado em sua capacidade total.

A própria formação de estoques de leite em pó, que tive a oportunidade de recomendar, só se consubstanciaria como opção até o momento de conseguirmos a estabilidade da produção na entressafra. Não nos parece muito lógico transformar o produto final em matéria-prima e, posteriormente, inverter esse processo. O mais grave, entretanto, acontece quando essa matéria-prima é importada, o que já é um fato. Sabe-se que o Governo já comprou 3 mil toneladas de leite em pó argentino e pretende importar mais 6 mil toneladas.

O costume adotado em países desenvolvidos, para conciliar preços justos à produção, sem afetar sem demasia o consumidor, reside no subsídio. Sabemos que o sacrifício não é pequeno, mas não resta outra alternativa senão prosseguirmos com esta, não nos níveis atuais, e sim com subsídios atualizados, capazes de incentivar a produção a este chamamento nacional.

Ao consumidor seria imposta uma pequena parcela no aumento do leite, pois seu preço é hoje irreal em relação, por exemplo, ao custo de uma garrafa de água mineral.

Resta ao Governo atender às medidas reivindicadas por representantes da pecuária leiteira de todo o Brasil, para que o sacrifício até então oferecido tenha suas justas compensações.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Com a palavra o nobre Deputado José Bonifácio Neto.

O SR. JOSÉ BONIFÁCIO NETO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, desta tribuna, quero fazer um apelo em favor do comércio ambulante da minha cidade do Rio de Janeiro, exercido por gente humilde, sobretudo agora quando a situação geral é de grandes e notórias dificuldades.

A justificá-lo, em primeiro lugar, está a tradição. Com as suas pequenas carroças — de frutas, de legumes, de doces, de artigos de couro, etc., — esses vendedores atendem a uma população imensa, especialmente nos bairros de maior movimento.

Depois, vem o argumento de ordem social — são pessoas que trabalham, com margem pequena de lucro, sustentando a família, diminuindo o número de desempregados e de infelizes.

Há, também, o interesse do povo, demonstrado na procura desses vendedores, pelas condições fáceis de acesso e mais vantajosas, muitas vezes, de aquisição.

As feiras-livres, por exemplo, sempre sofreram o combate de muitos. Surgiram, nos últimos tempos, os supermercados. Mas as feiras permaneceram e a população não as abandonou. E quanta gente delas se utiliza é em torno delas existem!

Assim, parece-me que a solução não está em combater, em perseguir, em apreender mercadorias. Ela está na regulamentação, está em disciplinar uma prática já aceita e incorporada aos costumes.

O progresso das grandes cidades, Sr. Presidente, faz desaparecer muita coisa que é poesia e simplicidade, mas traz enormes males, como a poluição e as neuroses. Nem por isso, alguém pode ser contra as grandes cidades. O que se pede, sempre, é que elas sejam regidas por normas que devem ser obedecidas. A lei do silêncio existe e não vale. O que impera é o barulho.

Vamos, pois, deixar em sossego quem trabalha e nos ocupar em combater o crime e tudo aquilo que perturbe a tranquilidade, a saúde e a felicidade das populações.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Com a palavra o nobre Deputado Joel Ferreira.

O SR. JOEL FERREIRA (MDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o problema de assistência odontológica no interior do País, principalmente na Região Norte, assusta a todos nós, em face da ausência de profissionais legalmente habilitados.

A situação não é pior ainda porque, como em toda parte neste imenso País, os chamados “dentistas práticos” atendem às populações dos centros de pequeno e médio tamanho.

Entretanto, há uma séria restrição à atividade desses abnegados, estando o Conselho Federal de Odontologia e os Conselhos Regionais em constante luta para impedir que os práticos continuem no exercício do trabalho que realizam.

Se, por um lado, os odontólogos apresentam razões fortes, que nem permitem que os projetos de amparo à profissão do prático de dentista passe na Comissão de Saúde desta Casa, por outro, as populações interioranas são as que sofrem. Se os dentistas práticos se constituem em um mal, o mal maior está em impedir-lhes a atuação, pelo menos nos lugares para onde os doutores em odontologia se negam a ir.

É o caso da Amazônia. Lá, precisamos de profissionais legalmente habilitados. Se estes não aparecem, desprezam a região, julgam-na menos importante para os seus trabalhos técnicos e científicos, injusto é negar ao prático o direito de atender aos que sofrem e precisam de uma solução para a “dor de dente” que surge repentina, sem avisar previamente.

Por isso, Sr. Presidente, seria de todo importante que as autoridades do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde encontrassem uma solução para o problema.

Se nem mesmo em Brasília existe uma Faculdade de Odontologia, pois a mais próxima está em Anápolis, o que podemos pensar dos Municípios do interior do Amazonas, Rondônia, Amapá, Roraima e Pará?

Brasília atrai a mão-de-obra técnica, especializada. O mesmo não acontece com o norte de Goiás ou Mato Grosso, com a Amazônia Legal, exceção feita a Belém e Manaus.

Dai não adiantar querer ser “mais realista que o rei”. Os dentistas práticos são agora e o serão por muitos anos a solução do problema odontológico na Amazônia, queiram ou não as leis, os odontólogos formados e os Conselhos da classe. Esta é a realidade.

Assim, Sr. Presidente, penso que se deveria estabelecer uma espécie de provisionamento para o dentista prático, homem com liberdade para exercer sua profissão, após submetido a um exame de capacitação prática, na Capital do Estado, até quando no Brasil o número de dentistas formados pelas Faculdades de Odontologia for suficiente para as necessidades de toda a população brasileira.

Pior que proibir o exercício da profissão pelo dentista prático é permitir ao homem do interior, sem recursos ou meios para vir às grandes cidades, sofrer terrivelmente, isto porque alguns odontólogos, dos grandes centros, se julgam prejudicados pela “concorrência” oferecida pelos que se sacrificam, interior adentro, boticão na mão, tirando um dente e restabelecendo a alegria ao que, antes, chorava a dor que lhe parecia sem fim.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Está esgotado o período destinado a breve comunicações. (Pausa.)

Através da Mensagem nº 56, de 1976-CN, o Senhor Presidente da República submete ao Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 1.471, de 1976.

Com vistas à leitura da matéria, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas e 30 minutos, neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Está terminado o prazo de tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 1976. A Presidência, nos termos dos artigos 48 da Constituição e 84 do Regimento Comum, a declara prejudicada e determina o envio do respectivo processo ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1976-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 65, de 1976-CN), aprovando o texto do Decreto-Lei nº 1.469, de 24 de maio de

1976, que reajusta os vencimentos e salários dos servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, e dá outras providências.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara e no Senado e dispensada a redação final, nos termos regimentais, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 30 minutos.)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL EDIÇÃO 1976

Emendas Constitucionais

**nº 1, de 1969,
nº 2, de 1972,
nº 3, de 1972,
nº 4, de 1975,
nº 5, de 1975, e
nº 6, de 1976.**

(formato bolso)

130 páginas

Preço: Cr\$ 10,00

À venda no SENADO FEDERAL, 11º andar

**Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS do SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.**

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

QUADRO COMPARATIVO ANOTADO

**O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI Nº 5.869/73,
COM AS ALTERAÇÕES DA LEI Nº 5.925/73) COMPARADO AO
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ANTERIOR (DECRETO-
LEI Nº 1.608/39 COM REDAÇÃO ATUALIZADA).**

2 VOLUMES

1º VOLUME:

**QUADRO COMPARATIVO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COM DIS-
POSITIVOS DA LEGISLAÇÃO ANTERIOR;**

2º VOLUME:

NOTAS (de nºs 1 a 835) CONTENDO:

- **LEGISLAÇÃO CORRELATA;**
- **JURISPRUDÊNCIA;**
- **DOCTRINA;**
- **EMENDAS APROVADAS PELO CONGRESSO NACIONAL;**
- **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E PALESTRA DO PROF. ALFREDO BUZARD;**
- **LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA; E**
- **REMISSÕES.**

**NOTAS (de nºs 1-A a 95-A) documentam a redação original de dispositivos do Có-
digo, Lei nº 5.869/73, alterados pela Lei nº 5.925/73.**

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

PREÇO: Cr\$ 70,00

**Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — Brasília — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.**

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cr\$ 0,50